

Panorama Legislativo - Congresso Nacional - DEZEMBRO/2011

03 de janeiro de 2012

*Tathyana Vieira Flores Sales **

No último mês do ano foram apresentadas 311 proposições¹ na Câmara dos Deputados e 131 no Senado Federal, totalizando 442 nas duas Casas. Dessa forma, o ritmo em ambas as Casas foi intenso - apesar da proximidade do recesso parlamentar - tendo em vista que os parlamentares aproveitaram as últimas oportunidades para apresentação de propostas. No tocante à temática das proposições, foi preponderante a quantidade de matérias relacionadas ao setor de agroindústria, bebidas, energia elétrica e fontes alternativas de energia, impostos e política econômica, infraestrutura, meio ambiente, relações trabalhistas e telecomunicações.

Em relação a assuntos gerais, no início do mês, a Comissão de Ética Pública da Presidência da República recomendou à presidente Dilma Rousseff a exoneração de Carlos Lupi do cargo de Ministro do Trabalho e Emprego. O caso desencadeou o pedido de demissão do então ministro que, provavelmente, em janeiro assumirá a presidência do PDT, cargo do qual estava licenciado.

Vale destacar, ainda, que foram sancionadas parcialmente pela Presidente da República os Projetos de Lei de Conversão (PLV) do "Plano Brasil Maior", o PLV 0029/2011 (MPV 0540/2011), que trata sobre incentivos fiscais à indústria e PLV 0028/2011 (MPV 0541/2011), que dispõe sobre o Fundo de Financiamento à Exportação.

Quanto às atividades do Congresso Nacional, destaca-se a aprovação pelo Senado Federal, por meio das Mensagens (MSF) 0148 e 0149/2011, dos nomes dos senhores Gilvandro Vasconcelos Coelho de Araújo e Ricardo Machado Ruiz, reconduzidos, respectivamente, aos cargos de Procurador-Geral e Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) do Ministério da Justiça.

Outro fato relevante ocorrido no decorrer do mês foi a aprovação, pela Comissão Especial sobre o Consumo de Bebidas Alcoólicas, de nota de repúdio à liberação da venda de bebidas alcoólicas em estádios, durante a realização da Copa do Mundo de futebol de 2014.

Cabe apontar, ainda, que foi aprovado pelo Plenário do Senado Federal, na forma do Substitutivo proveniente da Câmara dos Deputados, o PLS 0121/2007 (PLP 0306/2008), que regulamenta as aplicações mínimas do governo federal, dos estados e municípios na saúde, como determina a Emenda 29. Dessa forma, a matéria seguiu para sanção. Também foi aprovado nessa instância, o Projeto de Resolução (PRS) 0103/2011, da Mesa Diretora, que criou 66 cargos e funções comissionadas para a estrutura partidária do PSD. Segundo a resolução, os cargos serão extintos na próxima legislatura, quando ocorrer nova redistribuição destes de acordo com o número de eleitos em 2014.

Além disso, dezembro foi o mês em que o PL 1876/1999 (PLC 0030/2011), que dispõe sobre o Novo Código Florestal, sob a forma de Substitutivo do Senado Federal, foi recebido pela Câmara dos Deputados. No entanto, conforme exposto pelo deputado Luis Carlos Heinze (PP/RS) não

¹ Foram consideradas como proposições: Projeto de Lei (PL e PLS), Projeto de Lei Complementar (PLP), Proposta de Emenda à Constituição (PEC), Projetos de Decreto Legislativo (PDC e PDS) e Projetos de Resolução (PRC e PRS).

haveria tempo hábil para discutir e votar a proposta ainda em 2011, ficando, assim, essas ações previstas para março de 2012.

Pouco antes do recesso parlamentar, foi aprovado pelo Congresso Nacional o Orçamento da União para 2012 que soma R\$ 1,602 trilhão, já descontados os R\$ 655 bilhões destinados ao refinanciamento da dívida pública. Diante da aprovação, a matéria seguiu para a sanção presidencial. Ademais, o Congresso Nacional também aprovou o projeto do Plano Plurianual (PPA) 2012-2015, que adiciona R\$102 bilhões em emendas ao texto original. Com previsão de mais de R\$ 5,4 trilhões para os próximos quatro anos, o texto do senador Walter Pinheiro (PT/BA) foi encaminhado para sanção da presidente.

Para fechar o ano de 2011, tomou posse, substituindo a então suplente, Marinor Brito (PSOL/PA), o senador Jader Barbalho (PMDB/PA), beneficiado pelo voto de desempate do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Cezar Peluso, que usou pela primeira vez a prerrogativa de votar duas vezes para desempatar uma decisão sobre a Lei da Ficha Limpa.

Tathyana Vieira Flores Sales está em fase de conclusão da graduação em Ciência Política pela Universidade de Brasília (UnB). Trabalha na área de Relações Governamentais desde 2010.